

Demonstrações Financeiras

Banco Société Générale Brasil S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o relatório de auditoria dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em separado da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 atingiu o valor de R\$ 1,72 bilhão (R\$ 1,65 bilhão em 31 de dezembro de 2022) e o índice de basileia alcançou 43,73% (37,33% em 31 de dezembro de 2022). O banco apresentou um lucro de 43,7 milhões no exercício de 2023 (lucro de 85,8 milhões no exercício de 2022w).

Responsabilidade Socioambiental

Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.945/21, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental e climática na condução de seus negócios e atividades.

O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável.

Os princípios socioambientais do Grupo SG visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade.

O Grupo SG Brasil, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da “promo  o gratuita da educa  o, capacita  o profissional, esporte, saúde, preserva  o do meio ambiente, arte e cultura”.

As políticas de responsabilidade ambiental e social, ambiental e climática (PRSAC) encontra-se no endereço eletrônico do sítio no Brasil:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2023/06/PRSAC-Grupo-V6-maio-23.pdf>

Ouvidoria e Canal de Denúncias

Em atendimento ao disposto na Resolu  o CMN n   4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento    Resolu  o CMN n   4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situa  o es com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades.

Os procedimentos de utiliza  o do canal de comunica  o podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias:

<https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/>

A Administra  o do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedica  o.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024

Administradores

BEATRIZ LACAZ VIEIRA BROWN

MÁRIO MARCOS LOPES

AURELIEN GUILLAUME ALEXANDRE COTTARD

EDUARDO YASUDA IRIE

ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA

GUSTAVO DE MAGALHÃES REZENDE

PAULO FAGUNDES DE LIMA – DIRETOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA CONTÁBIL

Contador

LEANDRO DOS SANTOS - CRC - SP 262040/O-6

Banco Société Générale Brasil S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	8
Demonstração do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstração do fluxo de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e aos Administradores do
Banco Société Générale Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Société Générale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Carteira de Câmbio

O Banco possui ativos e passivos relevantes relacionados a carteira de câmbio que, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, compreendem posições de operações de câmbio. Consideramos a carteira de câmbio um assunto relevante de auditoria, devido a magnitude dos valores envolvidos, e pelo fato de ser uma das principais atividades do Banco com alto volume de operações no exercício.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização do entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como efetuamos testes de controles internos relacionados com: a originação das operações; a análise e aprovação de operações de câmbio considerando os níveis de alçadas estabelecidas; reconhecimento de receita e despesa, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de câmbio, de confirmação da existência, por meio de circularização com a contraparte, de testes relativos à análise da documentação em conjunto com o recálculo dos ativos e passivos das operações na data base do procedimento e validamos a liquidação das operações.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de câmbio e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas a contabilização e divulgações preparadas pela Administração, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores

O Banco possui em seu portfólio de investimentos, instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, conforme nota explicativa nº 7, os quais são precificados e registrados ao seu valor justo. A mensuração desses instrumentos financeiros derivativos a valor justo requer da Administração a utilização de modelos de precificação e premissas subjetivas, como a utilização de inputs observáveis e não observáveis de informações tais como fluxo de caixa esperado, taxa livre de risco e spread de risco de crédito, dentre outros. Devido à natureza desses instrumentos financeiros, e considerando a complexidade e subjetividade em suas metodologias de precificação, consideramos a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, análise para uma amostra de operações de derivativos dos contratos, verificação da liquidação financeira e o envolvimento de especialistas em precificação de instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores para nos auxiliar e suportar a avaliação das metodologias de precificação, premissas consideradas pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e valorização das operações. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos não negociados em bolsa de valores são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão perdas esperadas associadas ao risco de crédito, de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 9 e 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto de operações de crédito era de R\$373.074 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$8.794 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas

esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas nº9 e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 26 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-034519/O



Marília Nascimento Soares
Contadora CRC SP-301194/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponibilidades	5	40.178	90.411
Instrumentos financeiros		18.920.395	19.999.202
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.029.885	4.191.444
Títulos e valores mobiliários carteira de negociação	7	124.739	109.806
Títulos e valores mobiliários carteira de disponíveis para venda	7	701.294	752.754
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.123.175	510.145
Relações interfinanceiras		1.322	702
Negociação e intermediação de valores	8.a	27.829	32.270
Carteira de câmbio	11	13.578.456	14.053.382
Operações de crédito - setor privado	9.a	263.506	265.628
Operações de crédito - setor privado - outros créditos	9.a	70.189	83.071
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(8.794)	(10.063)
Ativo fiscal diferido	19.b	64.447	44.992
Outros ativos		498.612	559.140
Rendas a receber		120	1.131
Dividendos		76	-
Diversos	12.a	498.416	558.009
Investimentos		93.910	81.992
Participações em controladas	14	93.891	81.973
Outros investimentos		19	19
Ativo imobilizado		5.539	3.648
Imobilizado de uso		18.389	14.866
Depreciações		(12.850)	(11.218)
Total do ativo		19.614.287	20.769.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Depósitos e demais instrumentos financeiros		17.497.814	18.688.271
Depósitos	15	766.279	680.305
Captações no mercado aberto	16	180.407	459.810
Instrumentos financeiros derivativos	7	712.089	393.519
Obrigações por empréstimos e repasses	17	2.226.264	3.096.900
Carteira de câmbio	11	13.602.960	14.043.997
Relações interdependências		9.633	13.716
Negociação e intermediação de valores	8	182	24
Provisões		255.704	344.166
Fiscais e previdenciárias	12.b	2.763	8.851
Diversas	12.c	252.422	332.241
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		519	3.074
Passivo fiscal diferido	19.d	140.833	82.026
Patrimônio líquido		1.719.936	1.654.859
Capital		2.956.929	2.956.929
Reserva de capital	25	3.569	3.559
Reserva de lucros		8.207	273
Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda	18.e	1.677	(20.068)
Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa	18.f	96	495
Prejuízos acumulados		(1.250.542)	(1.286.329)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		1.719.936	1.654.859
Total do passivo e patrimônio líquido		19.614.287	20.769.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2023	2022
		2º semestre	Exercício
			Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		305.496	298.296
Operações de crédito		29.136	52.652
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		289.046	651.582
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	(12.686)	(405.938)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(222.929)	(123.800)
Operações de captações no mercado		(66.916)	(138.439)
Operações de empréstimos e repasses	17	(108.518)	124.647
Resultado de operações com câmbio		(49.553)	(111.325)
(Constituição)/reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	2.058	1.317
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		82.567	174.496
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(52.199)	(107.316)
Receitas de prestação de serviços		23.438	27.905
Resultado de participações em controladas e coligada	14	(2.626)	12.000
Despesas de pessoal		(52.093)	(92.791)
Outras despesas administrativas	21	(29.804)	(55.988)
Despesas tributárias		(9.430)	(16.466)
Outras receitas operacionais	22	110.026	134.895
Outras despesas operacionais	23	(91.710)	(116.871)
RESULTADO OPERACIONAL		30.368	67.180
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(4)	(1)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		30.364	67.179
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	1.118	(23.458)
Provisão para imposto de renda anos anteriores		-	(939)
Provisão para contribuição social anteriores		-	(633)
Imposto diferido		1.118	(21.886)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		31.482	43.721
Lucro líquido por ação		30,96	42,99

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		2023		2022
	Nota explicativa	2º semestre	Exercício	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		31.482	43.721	85.830
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		8.145	21.345	24.823
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18 (e)	8.449	21.745	25.356
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		15.363	39.536	46.102
Imposto de renda		(6.914)	(17.791)	(20.746)
Hedge de Fluxo de caixa	18 (f)	(303)	(399)	(533)
Hedge de Fluxo de caixa		(550)	(725)	(970)
Imposto de renda		246	325	437
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		138	10	(366)
Plano de Benefícios	25	138	10	(366)
Pagamento baseado em ações		138	10	(366)
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		39.765	65.076	110.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		2.956.929	3.925	273	(44.396)	(1.372.159)	1.544.572
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	(294)	-	-	-	(294)
- Controladas		-	(72)	-	-	-	(72)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	24.823	-	24.823
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	85.830	85.830
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.956.929	3.559	273	(19.573)	(1.286.329)	1.654.859
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.956.929	3.559	273	(19.573)	(1.286.329)	1.654.859
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	50	-	-	-	50
- Controladas		-	(40)	-	-	-	(40)
Reserva legal de controlada	19.c	-	-	401	-	(401)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	21.346	-	21.346
Reserva de lucros		-	-	7.533	-	(7.533)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	43.721	43.721
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.956.929	3.569	8.207	1.773	(1.250.542)	1.719.936
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023		2.956.929	3.431	273	(6.373)	(1.274.090)	1.680.170
Plano de pagamento baseado em ações	25						
- Controlador		-	102	-	-	-	102
- Controladas		-	36	-	-	-	36
Reserva legal de controlada	19.c	-	-	401	-	(401)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	18.e, 18.f	-	-	-	8.146	-	8.146
Reserva de lucros		-	-	7.533	-	(7.533)	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	31.482	31.482
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.956.929	3.569	8.207	1.773	(1.250.542)	1.719.936

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)

		2023		2022
	Nota explicativa	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do semestre/exercício		31.482	43.721	85.830
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		96.085	(242.631)	260.437
Depreciações e amortizações	21	974	1.651	1.350
Provisão (reversão) para outros créditos e créditos de liquidação duvidosa	10	(2.058)	(1.317)	3.579
Atualização de depósitos judiciais	22	(15.678)	(33.087)	(31.391)
Provisão/(Reversão) para riscos	13 (a)	(86.572)	(89.072)	24.979
Atualização de riscos	13 (a)	(6.658)	(14.827)	13.065
Levantamento de depósitos judiciais	23	82.186	82.186	-
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	22	(7.067)	(8.756)	(4.120)
Impostos diferidos	19	(1.118)	21.886	1.729
Distribuição de dividendos em controladas	14	76	76	-
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		72.148	(168.310)	85.052
Juros de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos.		(6.908)	(34.093)	(48.574)
Ajuste MTM sobre TVM e Derivativos		55.871	(8.329)	189.623
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação	18.e, 18.f	8.284	21.484	24.823
Atualização de plano de ações	25	(21)	(123)	(294)
Resultado de participação em controladas	14	2.626	(12.000)	616
Lucro líquido ajustado/(Prejuízo)		127.567	(198.910)	346.267
Variação de ativos e obrigações				
		739.838	(99.560)	2.002.129
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		191.460	940.162	(262.636)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		(49.871)	31.815	239.319
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências		(2.633)	(2.417)	(20.522)
(Aumento) redução em operações de crédito		46.187	42.299	410.736
(Aumento) redução em outros créditos		1.711.762	(508.308)	1.606.778
Aumento (redução) em depósitos		499.283	85.974	506.172
Aumento (redução) no mercado aberto		(23.188)	(954.718)	2.263.212
Aumento (redução) em outras obrigações		(1.685.932)	516.756	(1.952.846)
Impostos pagos		(6.018)	(14.727)	(93.920)
Juros pagos/(recebidos) sobre operações		66.242	45.023	(51.485)
Aumento (redução) em Instrumentos financeiros derivativos		(7.454)	(281.419)	(642.679)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		867.405	(298.470)	2.348.396
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de uso		(1.725)	(3.547)	(1.443)
Alienação de imobilizado de uso		5	5	55
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades de investimento		(1.720)	(3.542)	(1.388)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		(1.131.253)	(647.041)	(393.067)
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento		(1.131.253)	(647.041)	(393.067)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO				
		(265.568)	(949.053)	1.953.941
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO				
		2.693.300	6.070.085	2.111.876
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO				
	5	2.427.732	5.121.032	4.065.817
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa		2.420.492	5.118.923	4.039.837
Diferença cambial líquida		7.240	2.109	25.980
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

BANCO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. (“Banco”), organizado sob a forma de banco múltiplo, localizado na Avenida Paulista, número 2.300, 9º andar, cidade de São Paulo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil (“Conglomerado” ou “Consolidado”). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

O Banco é controlado pelo Société Générale companhia existente de acordo com as leis da França.

O suporte das operações do Banco à empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil vem sendo realizado através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França).

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A resolução BCB nº 2/2020 estabelece critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Essas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras em IFRS são divulgadas no sítio eletrônico do banco e enviados a Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21
- b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução nº 4.818/20;
- e) CPC 04 - Ativo Intangível – homologado pela Resolução nº 4.534/16;
- f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução nº 4.818/20;
- g) CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- i) CPC 24 – Evento subsequente – homologado pela Resolução nº 4.818/20;
- j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; e
- l) CPC 33 – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20.
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução nº 4.818/20.
- n) CPC 46 – Mensuração do valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21
- o) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21
- p) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 23 de fevereiro de 2024.

2.1 Resultado recorrente e não recorrente

Não houve resultado não recorrente contabilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

2.2 Resumo do plano de implementação da resolução CMN nº 4.966 de instrumentos financeiros

O Banco divulga nessas demonstrações, de forma resumida, o plano de implementação atualizado da resolução CMN nº 4.966, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge).

O plano para a implementação da regulamentação contábil foi aprovado originalmente pela diretoria do Banco do dia 06 de dezembro de 2.022 e aprovado a atualização no dia 15 de janeiro de 2.024 registradas em ata conforme requerimento.

O Banco definiu um cronograma macro com o planejamento da entrega dos itens requeridos na resolução a qual houve modificações em função da emissão de normas mais específicas.

Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização.

Com a emissão de novos normativos em complemento a referida resolução, o banco iniciou o processo de implementação com a avaliação de seus instrumentos financeiros atendendo aos aspectos teóricos da norma. Os seguintes tópicos foram verificados para todos os produtos vigentes no banco. (a) Determinação do modelo de negócios; (b) Teste de pagamento de principal e juros (SPPJ); (c) Verificação de aplicação de taxa de juros efetiva; (d) novo COSIF; e (e) Provisão para perdas esperadas.

(a) Determinação do modelo de negócios e (b) Teste de pagamento de principal e juros

A determinação do modelo de negócios e o teste SPPJ foram efetuados em conjunto através de questionário respondido pelas áreas de negócios responsáveis pelos produtos. Para cada tipo de produto foi respondido um questionário com base em amostragem com a finalidade de verificar a aderência ao SPPJ. O resultado do questionário determinou a classificação dos instrumentos financeiros entre custo amortizado, valor justo no resultado e valor justo em outros resultados abrangentes. Não é esperado alterações relevantes na contabilização dos produtos.

(c) Verificação de aplicação de taxa de juros efetiva.

O Banco avaliou todos os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado a fim de determinar se os ativos possuíam custos de transação e valores recebidos e se os passivos possuíam custos de transação e pagamentos efetuados seguindo as determinações da resolução BCB 352/23.

A área de contabilidade formalizou um questionário as áreas de negócios e operações a fim de determinar se existiam custos ou valores nos fluxos de caixa das operações que poderiam refletir na constituição da taxa de juros efetiva.

Baseado nos custos e valores a receber e a pagar levantados pelas áreas, a área de contabilidade efetuou o teste se esses custos e valores são superiores a 1% do resultado total da operação a fim de determinar sua materialidade e possível utilização do parágrafo 2 do artigo 12 da resolução BCB 352 de não constituição da taxa de juros efetiva. Todos os testes estão documentados em política e as evidências devidamente documentadas.

(d) Novo plano de contas COSIF

Com a emissão das últimas normas no novo COSIF em novembro de 2023, o banco iniciou o processo de reconciliação com o plano de contas atual. Após essa revisão será levantado as alterações necessárias nos sistemas legados e contábil.

(e) Provisão para perdas esperadas

O banco passou a fazer parte do segmento S4 do conglomerado prudencial a partir de janeiro de 2024. Como Conglomerado S4, o banco irá adotar a Metodologia Simplificada de Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco e está avaliando a utilização dos parâmetros de Perda Esperada (PD e LGD) desenvolvidos pelas áreas de modelagem do Grupo SG (“Matriz”) para o cálculo das Perdas Esperadas, com foco no estabelecimento da Governança adequada e seguindo os requerimentos constantes, principalmente, no artigo 51 da Resolução CMN 4.966/2021.

A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:

- Capacitação da equipe;
- Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ);
- Classificação de passivos financeiros;
- Custos de transação;
- Ativos com problemas de recuperação de crédito;
- Renegociação e reestruturação de ativos financeiros;
- Baixa de ativos financeiros;
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Contabilidade de Hedge; e
- Evidenciação.

Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como “para negociação” e “disponíveis para venda” são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como “mantidos até o vencimento” são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “para negociação” são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes, denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquido dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de “swap”, de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de “swap” - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período;
- Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferindo o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido em ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes, líquida dos efeitos tributários.

e) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessão de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações".

f) Carteira de câmbio

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases “pró-rata” dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)

São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h) Investimentos

- As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial;
- As ações da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, são registradas ao valor de custo.

i) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

j) Depreciações

Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%.

k) Valor de recuperação dos ativos

Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

l) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.

m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base “pro rata” dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for feita uma estimativa confiável, de obrigações presentes que são consideradas prováveis seu risco de perda com saída de recursos para sua liquidação que incorporam benefícios econômicos e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

o) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi considerando a alíquota de 20%. Para o período entre agosto e dezembro de 2022 a alíquota da contribuição foi calculada sob a alíquota de 21%, conforme lei nº 14.446, publicada em 02 de setembro de 2022.

p) Mensuração a valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

q) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

r) Resultado por ação

A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações.

s) Pagamento baseado em ações

O Grupo Société Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades do Banco SG, e em conformidade com a Res.4557/17 do CMN. Os indicadores de todos os tipos de risco são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios.

A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao CRO e à alta administração.

A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital requerido pela Resolução 4.557 que não fazem parte dessas “Demonstrações Financeiras” está disponível no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

I. Risco de crédito

Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

O Banco opta por ser conservador e compara a provisão calculada pela regulamentação local da Resolução 2.682 com a provisão por perda esperada (ECL-expected credit loss) calculada pelo grupo. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao ECL se essa última maior. No exercício de 2023 houve uma reversão no valor de R\$ 48 e no exercício de 2022 houve uma reversão no valor de R\$ 424 no resultado.

II. Risco de mercado

É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Banco Société Générale (BSGB). São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Todas as operações existentes no BSGB são consideradas para efeito de monitoramento de risco de mercado, exceto as operações vinculadas aos recursos provenientes do capital.

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

4.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

a.1) Valor em Risco (Value at Risk)

O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Banco Société Générale pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale.

Abaixo o VaR da carteira de negociação calculada.

Dezembro de 2023	-3.290
Dezembro de 2022	-1.000

a.2) Análise de Sensibilidade

A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dollar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Banco Société Générale, a metodologia de “Análise de Sensibilidade” é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais e também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez.

a.3) Testes de estresse

Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Banco Société Générale avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantificar o impacto negativo de choques e eventos econômicos que sejam desfavoráveis financeiramente às posições da instituição.

No Banco Société Générale, o teste de estresse possui dois objetivos: delimitar o risco de uma atividade ou de um mercado específico e proporcionar uma visão do risco global e do risco por produto, para desta forma proteger o Grupo Société Générale de consequências desfavoráveis resultado de choques de mercado. Os cenários de teste de estresse consistem em cenários previamente definidos e revisados anualmente pela área de risco de mercado. São baseados em eventos históricos ou hipotéticos, que apresentam alguma possibilidade real de ocorrência.

4.2 Risco de câmbio

O Banco Société Générale está exposto aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio vigentes sobre sua situação financeira e seus fluxos de caixa. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco Société Générale controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

4.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variem como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco da taxa de juros sobre o valor justo é o risco de que o valor de um instrumento financeiro varie como resultado de mudanças nas taxas de juros do mercado. O Banco Société Générale se expõe aos efeitos de flutuações das taxas de juros vigentes no mercado tanto sobre o valor justo dos seus instrumentos financeiros, como sobre seus fluxos de caixa. As margens de juros podem variar em decorrência dessas flutuações, podendo resultar em perdas para a instituição. As áreas de Risco de Mercado em Paris, Nova Iorque e Brasil, juntamente com os membros do Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez, estabelecem limites sobre o nível de descasamento de taxa de juros que pode ser assumido.

III. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações.

IV. Risco operacional

A gestão de risco operacional do Conglomerado do Société Générale Brasil (“CSGB”) é feita de forma contínua e integrada para garantir a eficácia dos processos, de acordo com as diretrizes do Grupo Société Générale, com as exigências da Basiléia II, com a Resolução CMN 4.557/17 e com a Governança descrita na Política de Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A estrutura inclui também o monitoramento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição, prevendo os respectivos planos de contingências, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos de Terceiros do Conglomerado do Société Générale Brasil.

A atividade de gerenciamento do risco operacional é executada por um departamento específico, segregado da unidade executora e da atividade de auditoria interna, subordinada ao Diretor de Riscos.

O Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II (nota explicativa nº 26); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática de incidentes e perdas operacionais e manutenção do histórico; iii) monitoramento mensal de indicadores de risco; iv) revisão dos controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade (regulatório e reputacional), de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo, e anti-suborno e anti-corrupção (“compliance”); vi) gestão de crise e planos de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) treinamentos internos e campanhas de conscientização dos colaboradores.

Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias.

Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013 o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos (Relatório de Pilar 3), conforme requerido pela Resolução BCB 54, de 16 de dezembro de 2020, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos, os quais não fazem parte dessas Demonstrações Financeiras.

V. Risco de capital

O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo:

I - Mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria;

II - Plano de capital abrangendo o horizonte de três anos;

III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;

As informações acima são formalizadas através de Planos de Capital de cada empresa e então submetidas ao comitê de gestão de capital, riscos de liquidez e mercado grupo (CGCRLMG).

O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

A organização mantém capital regulatório mínimo para suportar suas atividades, calculando mensalmente o consumo de capital de acordo com a resolução 4.557 do Banco Central do Brasil. Para efeito prospectivo, estimamos anualmente o capital requerido no horizonte de 3 anos num cenário normal e estressado baseando-se no orçamento estabelecido pela área de negócios, sendo este estudo aprovado no comitê de Gestão de Capital, Riscos de Liquidez. Este estudo pode ser revisado a qualquer tempo, desde que condições excepcionais se manifestem antes do prazo de um ano estabelecido em nossa política. Caso venha a ser detectado eventual descumprimento dos ratios definido pelo Bacen durante nossa projeção de 3 anos, são adotadas as seguintes medidas:

Nível	Tempo até o desenquadramento	Ação	Fórum
Nível 1	6 meses	Definição de estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 2	3 meses	Reavaliação da estratégia	CRM&LGC BSGB
Nível 3	2 meses	Reavaliação da estratégia	CGCRL&M Grupo SG & Matriz
Nível 4	n/a	Operacionalização do aumento de capital	Matriz

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Disponibilidades	40.178	90.411
Aplicações no mercado aberto	2.351.220	3.026.535
Aplicações em moedas estrangeiras	36.334	267.895
Total	2.427.732	3.384.841

Estão representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias.

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	2.860.084	-	-	-	2.860.084
Aplicações em depósitos interfinanceiros	16.159	36.467	62.861	17.979	133.466
Aplicações em moedas estrangeiras	36.335	-	-	-	36.335
Total	2.912.578	36.467	62.861	17.979	3.029.885

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	3.633.275	-	-	-	3.633.275
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.342	200.306	62.869	14.757	290.274
Aplicações em moedas estrangeiras	267.895	-	-	-	267.895
Total	3.913.512	200.306	62.869	14.757	4.191.444

7 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 por categoria:

	2023		2022	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	28.688	28.921	104.083	104.772
Títulos para negociação:	28.287	28.520	100.770	101.681
Letras do Tesouro Nacional - LTN	86	86	4.204	4.138
Notas do Tesouro Nacional - NTN	28.201	28.434	96.566	97.543
Títulos disponíveis para venda:	401	401	3.313	3.091
Letras do Tesouro Nacional - LTN	401	401	3.313	3.091
Vinculados à prestação de garantias:	791.381	797.112	794.916	757.788
Títulos para negociação:	93.538	96.219	8.988	8.125
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11.182	11.317	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	82.356	84.902	8.988	8.125
Títulos disponíveis para venda:	697.843	700.893	785.928	749.663
Letras do Tesouro Nacional - LTN	651.111	654.161	744.654	708.389
Cotas de fundos de investimento	46.732	46.732	41.274	41.274
Total	820.069	826.033	898.999	862.560

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda		2023			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	651.512	654.562	3.050	(1.373)	1.677
Cotas de fundos de investimento	46.732	46.732	-	-	-
Total	698.244	701.294	3.050	(1.373)	1.677

Títulos disponíveis para venda		2022			
Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	Imposto de Renda	Saldo MtM líquido de Imposto de Renda
Letras do Tesouro Nacional - LTN	747.967	711.480	(36.487)	16.419	(20.068)
Cotas de fundos de investimento	41.274	41.274	-	-	-
	789.241	752.754	(36.487)	16.419	(20.068)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

O banco recebeu no primeiro semestre de 2019 R\$ 160.119 em debêntures como novação de uma dívida não paga de execução de uma garantia prestada referente ao ano de 2015. Essa dívida foi baixada integralmente para prejuízo. Até o fechamento deste exercício foi reconhecido uma perda permanente no resultado no valor de R\$ 147.585, sendo R\$ 133.514 no primeiro semestre de 2019 e R\$ 14.071 no segundo semestre de 2021. O ajuste foi baseado no cálculo dos fluxos de caixa esperado trazidos ao valor presente. No exercício de 2022 o Banco vendeu a totalidade das debentures para partes independentes pelo valor de R\$ 8.000, reconhecendo no resultado R\$ 17.888 de prejuízo.

c) Composição por prazo de vencimento

	2023			2022		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento		46.732	46.732	-	41.274	41.274
A vencer até 3 meses	13	-	13	3.191	-	3.191
A vencer entre 3 e 12 meses	38	277.747	277.785	-	180.149	180.149
A vencer entre 1 e 3 anos	14.187	142.382	156.569	16.085	531.331	547.416
A vencer entre 3 e 5 anos	23.149	234.433	257.582	19.635	-	19.635
A vencer entre 5 e 15 anos	87.352	-	87.352	70.895	-	70.895
Total	124.739	701.294	826.033	109.806	752.754	862.560

d) Composição por emissor

	2023	2022
Títulos para negociação	124.739	109.806
Públicos	124.739	109.806
Governo Federal	124.739	109.806
Títulos disponíveis para venda	701.294	752.754
Públicos	654.562	711.480
Governo Federal	654.562	711.480
Privado	46.732	41.274
Cotas de fundos de investimento	46.732	41.274
Total	826.033	862.560

e) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas.

Demonstramos a seguir a relação dos swap's, NDF por indexador:

e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 31 de dezembro de 2023

<u>Indexador</u>	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber (pagar)	Mercado - Diferencial a receber (pagar)
CDI x PRÉ	525.000	8.409	1.967
CDI x YEN	782.299	(15.236)	(12.807)
COROA SUECA (NDF)	570	32	26
DÓLAR (NDF)	4.133.812	(151.521)	(144.764)
DÓLAR x SOFR (Fluxo de caixa)	1.038.617	574	4.142
EURO (NDF)	1.101.508	(49.118)	(68.684)
LIBRA (NDF)	425.006	(6.866)	(6.796)
PRÉ (NDF)	7.595.928	226.801	246.888
PRÉ x CDI	2.425.628	(10.965)	118.262
PRÉ x EURO	371.289	5.663	9.154
PRÉ X EURO BFIX Londres	502.853	198.039	218.495
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	120.817	5.766	9.198
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	214.931	30.529	36.251
RENMINBI HONG KONG (NDF)	6.291	(99)	(115)
Total	19.244.549	242.008	411.217

Em 31 de dezembro de 2022

<u>Indexador</u>	Operações registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão	Curva - Diferencial a receber (pagar)	Mercado - Diferencial a receber (pagar)
CDI x PRÉ	400.000	2.540	21.485
DÓLAR (NDF)	5.102.305	(155.369)	(107.047)
DÓLAR x EURIBOR 6M (Fluxo de caixa)	18.484	986	(28)
DÓLAR x LIBOR 6M (Fluxo de caixa)	33.885	1.003	(73)
EURO (NDF)	1.019.965	14.468	22.043
EURIBOR 6M x EuroREUTERS11NYDólar (Fluxo de caixa)	18.484	51	1.287
LIBOR US 6M x DÓLAR (Fluxo de caixa)	33.885	160	1.254
PRÉ (NDF)	6.321.215	11.146	(59.057)
PRÉ x CDI	1.997.399	(16.758)	9.944
PRÉ X EURO	939.813	168.020	163.605
PRÉ X EURO (Fluxo de caixa)	257.816	7.513	2.426
PRÉ X EURO BFIX Londres (Fluxo de caixa)	540.440	62.908	60.773
RENMINBI HONG KONG (NDF)	3.314	(12)	76
Total	16.687.005	96.656	116.688

	2023	2022
<u>Operações a termo</u>	<u>Valor dos contratos</u>	<u>Valor dos contratos</u>
Compras a termo a receber	408.291	44.761
Obrigações por compra de termo a pagar	(408.422)	(44.823)
Total	(131)	(62)

Diferencial e prêmios a receber (pagar) - Swap, Ndf e Opções

	2023	2022
Saldo registrado no ativo:	1.123.175	510.145
Saldo registrado no passivo:	(712.089)	(393.519)
Diferencial líquido a receber/(pagar)	411.086	116.626

e.2) Mercado futuro

	2023		2022	
	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber (pagar)
Mercadoria				
DDI	7.948.853	25.987	2.509.889	18.409
DI	5.859.169	1.550	6.956.447	(404)
Dólar	777.032	(2.186)	2.542.551	18.696
Wdo	1.170.093	2.478	716.032	(4.431)
Total	15.755.147	27.829	12.724.919	32.270

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro foram registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores”. Vide nota explicativa nº 8.

O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 664.928 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 703.758 em 31 de dezembro de 2022).

Os contratos de “swap”, NDFs, futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 31 de dezembro de 2023	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	286.339	951.789	3.405.523	344.348	993.437	5.981.436
Operações a Termo NDFs	6.162.667	6.188.701	645.741	266.004	-	13.263.113
Futuros	7.729.522	4.478.250	3.092.687	393.117	61.571	15.755.147
Operações a Termo	408.423	-	-	-	-	408.423
Total	14.586.951	11.618.740	7.143.951	1.003.469	1.055.008	35.408.119

Em 31 de dezembro de 2022	Valores referenciais					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total de contratos
“Swap”	391.812	824.620	1.704.678	1.319.097	-	4.240.207
Operações a Termo NDFs	6.447.293	4.719.140	1.017.775	262.590	-	12.446.798
Futuros	8.184.485	2.415.950	1.803.407	308.222	12.855	12.724.919
Operações a Termo	44.823	-	-	-	-	44.823
Total	15.068.413	7.959.710	4.525.860	1.889.909	12.855	29.456.747

Os instrumentos financeiros derivativos, apresentaram em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os seguintes resultados:

	2023		2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
NDF	(45.885)	(38.746)	186.404
Swap	39.888	316.135	659.852
Mercado futuro	(6.557)	(683.195)	(916.339)
Mercado a termo	(132)	(132)	-
Total	(12.686)	(405.938)	(70.083)

e.3) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

A estratégia de “hedge accounting” de fluxo de caixa do Banco é determinada com o objetivo de reduzir a volatilidade no resultado gerado pela contratação de empréstimos em dólar junto à Matriz e seu hedge realizado com instrumentos financeiros derivativos no mercado local. A estrutura visa mitigar os riscos devidos à variação de preços de moedas (variação cambial) e à variação das taxas de juros. A estrutura de “hedge”, composta pelo empréstimo – objeto de hedge e os derivativos – instrumentos de hedge, é assim categorizada, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.082.

As estruturas de “hedge” são montadas observando a liquidez do mercado, o alinhamento das datas de vencimentos dos derivativos com a dos empréstimos, alinhamento da quantidade de contratos de derivativos face o montante do empréstimo, reduzindo desta forma, o risco de não efetividade destas estruturas. A volatilidade gerada pela marcação a mercado dos derivativos é registrada no patrimônio líquido, sendo que a parcela não-efetiva é reclassificada para resultado.

A avaliação mensal da efetividade dessas estratégias é realizada através do método de análise regressiva. O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os derivativos utilizados como instrumentos de “hedge” por indexador são representados como segue:

“Hedge” fluxo de caixa	2023		2022	
	Valores de Mercado (BRL)		Valores de Mercado (BRL)	
	USD	CDI	USD	CDI
Empréstimos	(15.265)	-	(27.432)	-
DDI	14.107	(15.596)	24.919	(23.258)
DI	-	14.493	-	22.841
Marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa (patrimônio líquido)		175		900
Imposto sobre a marcação a mercado do hedge fluxo de caixa		(79)		(405)
Valor líquido de impostos (nota 18.f)		<u>96</u>		<u>495</u>

e.4) Cotas de fundo de investimento

As cotas de fundo de investimento estavam representadas por aplicações do Banco em um fundo de investimento multimercado cuja posição é demonstrada abaixo. A aplicação no fundo é uma obrigação regulatória da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão a fim de cumprimento de margem de garantia e ter autorização de acesso como participante de negociação pleno e participante de liquidação.

	2023	2022
FI LIQUIDEZ CÂMARA B3 MULTIMERCADO IE		
Quantidade cotas investidas pelo Banco	<u>299.779,4947942</u>	<u>299.779,4947942</u>
Saldo	<u>46.732</u>	<u>41.274</u>

8 NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIACÃO DE VALORES

a) Ativo - Outros créditos

	2023	2022
<u>Operação:</u>		
Mercado futuro (nota explicativa nº 7 e.2)	<u>27.829</u>	<u>32.270</u>
Total	<u>27.829</u>	<u>32.270</u>
Curto prazo	<u>27.829</u>	<u>32.270</u>

b) Passivo - Outras obrigações

	2023	2022
<u>Operação:</u>		
Provisão de comissão de clientes da carteira de câmbio	<u>182</u>	<u>-</u>
Total	<u>182</u>	<u>24</u>
Curto prazo	<u>182</u>	<u>24</u>

9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação:

	2023	2022
Empréstimos e títulos descontados	237.104	230.491
Financiamentos	26.402	35.137
Total das operações de crédito	263.506	265.628
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota explicativa nº 11)	37.916	136.784
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 11)	1.463	408
Outros créditos – títulos e créditos a receber	70.189	83.071
Total de outros créditos	109.568	220.263
Total do risco da carteira	373.074	485.891

b) Diversificação por atividade:

	2023	2022
Setor privado:		
Indústria	61.265	45.375
Comércio	249.036	384.976
Instituições financeiras	-	7.027
Pessoas físicas	308	284
Prestação de serviços	47.682	35.598
Outros serviços	14.783	12.631
Total	373.074	485.891

c) Vencimento:

	2023		2022	
	Valor	%	Valor	%
Prazo:				
Vencidas	2.960	0,79	887	0,18
A vencer até 3 meses	15.830	4,24	118.117	24,31
A vencer de 3 a 12 meses	291.855	78,23	71.873	14,79
A vencer de 1 a 3 anos	33.807	9,06	278.746	57,37
A vencer de 3 a 5 anos	28.622	7,67	16.268	3,35
Total	373.074	100,00	485.891	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	2023		2022	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	215.290	57,71	213.585	43,96
10 seguintes maiores devedores	103.727	27,80	216.403	44,54
20 seguintes maiores devedores	41.718	11,18	37.870	7,79
50 seguintes maiores devedores	12.339	3,31	18.033	3,71
100 seguintes maiores devedores	-	-	-	-
Total	373.074	100,00	485.891	100,00

e) Nível de risco:

Nível	%	2023			2022		
		Curso Normal	Vencidos	Total	Curso Normal	Vencidos	Total
AA	0,00%	-	-	-	104.349	-	104.349
A	0,50%	82.454	-	82.454	70.025	-	70.025
B	1,00%	265.111	-	265.111	281.942	-	281.942
C	3,00%	14.532	1.291	15.823	21.521	207	21.728
D	10,00%	-	-	-	-	-	-
E	30,00%	2.838	1.668	4.506	-	-	-
F	50,00%	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	4.254	-	4.254	5.356	-	5.356
H	100,00%	926	-	926	1.813	678	2.491
		370.115	2.959	373.074	485.006	885	485.891

f) Provisão por nível de risco:

Nível	%	2023		2022	
		Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0,00%	-	-	104.349	-
A	0,50%	82.454	412	70.025	350
B	1,00%	265.111	2.651	281.942	2.820
C	3,00%	15.823	475	21.728	652
D	10,00%	-	-	-	-
E	30,00%	4.506	1.352	-	-
F	50,00%	-	-	-	-
G	70,00%	4.254	2.978	5.356	3.749
H	100,00%	926	926	2.491	2.491
Provisão mínima		373.074	8.794	485.891	10.063
Provisão adicional (*)			20		68
Total		373.074	8.814	485.891	10.131

(*) O valor de provisão adicional, é referente ao ajuste de perdas de crédito esperadas contabilizado seguindo instruções do BACEN. O Banco compara a provisão local (Resolução 2.682) calculada com a provisão por perda esperada calculada pelo grupo para fins de atendimento a norma de IFRS. Esta comparação é efetuada individualmente por cliente e a provisão é incrementada e igualada ao IFRS se essa última for maior. Neste exercício houve uma reversão no valor de R\$ 48. (reversão de provisão de R\$ 424 em 2022).

10 PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2023	2022
Saldo inicial	10.063	8.853
Constituição (Reversão)	(1.269)	4.003
Baixas	-	(2.793)
Saldo final	8.794	10.063
Constituição (Reversão)		
Adicional IFRS 9	(48)	(424)
Curto prazo	6.537	1.244
Longo prazo	2.257	8.819
Total	8.794	10.063

11 CARTEIRA DE CÂMBIO

	2023	2022
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	6.634.597	7.163.162
Direitos sobre venda de câmbio	6.957.847	6.889.812
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(15.451)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 9 a)	1.463	408
Total	<u>13.578.456</u>	<u>14.053.382</u>
Curto prazo	10.466.616	11.602.807
Longo prazo	3.111.840	2.450.575
Total	<u>13.578.456</u>	<u>14.053.382</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	6.830.044	7.044.406
Obrigações por compra de câmbio	6.810.832	7.136.375
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 9 a)	(37.916)	(136.784)
Total	<u>13.602.960</u>	<u>14.043.997</u>
Curto prazo	10.432.864	11.521.443
Longo prazo	3.170.096	2.522.554
Total	<u>13.602.960</u>	<u>14.043.997</u>

12 OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	2023	2022
Adiantamentos e antecipações salariais	288	455
Devedores por depósitos em garantia (*)	410.768	462.110
Impostos e contribuições a compensar	85.554	85.042
Valores a receber de ligadas (ne. 20)	81	77
Devedores diversos no exterior (**) ne. 20	-	8.977
Outros	1.725	1.348
Total	<u>498.416</u>	<u>558.009</u>
Curto prazo	2.093	10.857
Longo Prazo	496.323	547.152
	<u>498.416</u>	<u>558.009</u>

(*) Refere-se, basicamente a ampliação da base de cálculo do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (Lei nº 9.718/98) no montante de R\$ 166.862 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 156.485 em 2022), e Pedidos de compensação de IRRF, totalizando R\$ 47.398 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 43.842 em 2022). Em 02/10/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origens fiscais, trabalhistas e cíveis do Banco Cacique. O valor atualizado em 2023 é de R\$ 29.273 em 31 de dezembro (R\$ 33.441 em 2022). Em 01/12/2017 foram incorporados depósitos judiciais de origem fiscal da CCTVM. O valor atualizado em 31 de dezembro 2023 é de R\$ 126.333 (R\$ 126.661 em 2022). No segundo semestre de 2023 houve baixas totalizando R\$ 82.078 a qual foi integralmente convertido a União referente a discussões judiciais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre operações de “Box quatro pontas” e na desmutualização da antiga Bovespa (atual B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão). O montante convertido a União foi composto por R\$ 69.203, referente ao processo “box quatro pontas”, e R\$ 12.875, referente a desmutualização Bovespa. Ambos os casos tinham prognóstico de perda provável e possuíam valores de causa integralmente provisionados. O impacto no resultado após a baixa dos depósitos e reversão das provisões foi neutro.

(**) Refere-se a serviços prestados pelo Banco no exterior (nota explicativa nº 21).

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	2023	2022
Impostos e contribuições a recolher	2.763	8.851
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 19 d)	140.833	82.026
Total	<u>143.596</u>	<u>90.877</u>
Curto prazo	2.763	8.851
Longo Prazo	<u>140.833</u>	<u>82.026</u>
	<u>143.596</u>	<u>90.877</u>

c) Outras obrigações - diversas:

	2023	2022
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13. i)	183.355	251.496
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13. i)	20.634	24.927
Provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13. i)	3.088	4.898
Provisão com despesas de pessoal	26.721	22.291
Provisão para despesas de publicação	54	54
Provisão para pagamentos a fornecedores	1.685	3.996
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 20 a)	15.846	22.962
Provisão para despesas de auditoria	30	368
Provisão para despesas de serviços técnicos especializados	693	693
Provisão para garantias prestadas (*)	40	63
Provisão adicional	20	68
Outras	256	425
Total	<u>252.422</u>	<u>332.241</u>
Curto prazo	29.460	50.164
Longo Prazo	<u>222.962</u>	<u>282.077</u>
	<u>252.422</u>	<u>332.241</u>

(*) Refere-se a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros totalizando em 31 de dezembro de 2023 R\$ 214.504 (R\$ 565.950 em 31 de dezembro de 2022).

13 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos.

O Banco provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras e atualização de acordo com a legislação vigente.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

i. Saldos dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis constituídos

	2023	2022
Riscos fiscais (nota explicativa nº 12 c)	183.355	251.496
Riscos trabalhistas (nota explicativa nº 12 c)	20.634	24.927
Riscos cíveis (nota explicativa nº 12 c)	3.088	4.898
Total	207.077	281.321

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2023

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	251.496	24.927	4.898	281.321
Constituição (nota explicativa nº 23)	-	413	-	413
Ajustes/Baixas	-	-	1	1
Reversão (nota explicativa nº 22)	(82.186)	(5.258)	(2.041)	(89.485)
Atualização (nota explicativa nº 23)	14.045	552	230	14.827
Saldo final	183.355	20.634	3.088	207.077

Devedores por depósitos em garantia	388.457	16.221	6.090	410.768
-------------------------------------	---------	--------	-------	---------

Em 31 de dezembro de 2022

	Riscos fiscais e obrigações legais	Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
Saldo inicial	211.608	29.159	26.138	266.905
Constituição (nota explicativa nº 23)	27.705	-	-	27.705
Ajustes/Baixas	-	-	(9.375)	(9.375)
Reversão (nota explicativa nº 22)	-	(4.927)	(12.052)	(16.979)
Atualização (nota explicativa nº 23)	12.183	695	187	13.065
Saldo final	251.496	24.927	4.898	281.321

Devedores por depósitos em garantia	435.137	19.716	7.257	462.110
-------------------------------------	---------	--------	-------	---------

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 31 de dezembro de 2023

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado	Valor do risco	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	183.355	183.355	21.710	20.634	3.088	3.088
Perdas possíveis (b)	311.739	-	86.542	-	1.590	-
Perdas remotas	49.224	-	2.233	-	-	-
Total de provisões	544.318	183.355	110.485	20.634	4.678	3.088

Em 31 de dezembro de 2022

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	251.496	251.496	24.965	24.927	4.898	4.898
Perdas possíveis (b)	292.924	-	107.683	-	1.608	-
Perdas remotas	42.962	-	2.233	-	-	-
Total de provisões	587.382	251.496	134.881	24.927	6.506	4.898

Contingências fiscais e obrigações legais:

Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos:

(a) Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais

- Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 – em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 966 (R\$ 941 em 2022).
- Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS – em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 149.185 (R\$ 140.402 em 2022);
- Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira (“Box quatro Pontas”) realizada em 1993 – O processo foi encerrado em outubro de 2023 com decisão desfavorável ao banco. O valor da causa no momento do encerramento era de 69.203 (R\$ 45.374 em 2022). Houve levantamento de depósito judicial a União para o pagamento sem impacto no resultado do exercício;
- Auto de Infração que discute a dedutibilidade de prejuízos em operações Day-Trade nas bases de IRPJ e CSLL em 1993 – em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 9.234 (R\$ 8.993 em 2022)
- Em 30 junho de 2018 foi criada provisão, no montante de R\$ 16.624, para registrar a diferença contábil nos depósitos judiciais e provisões para os casos com possibilidade de perda provável, em que o valor do depósito será automaticamente convertido em renda para a União. A diferença objeto do ajuste refere-se aos critérios aplicados na atualização dos depósitos frente aos de provisionamento. O valor desta provisão atualizado em 31 dezembro de 2023 é de R\$ 19.148 (R\$ 43.842 em 2022).

(b) Passivos contingentes classificados como risco de perda possível

- Pedidos de compensação de IRRF – em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 47.398 (R\$ 43.842 em 2022);
- Autos de infração da Receita Federal do Brasil lavrados contra a incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio, com serviços prestados por terceiros e omissão de ganhos auferidos na desmutualização das ações CETIP referente aos anos de 2008 e 2009 – em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 60.059 (R\$ 56.533 em 2022);
- Cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão), para as quais foram previamente efetuados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 15 ii - em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 137.959, (R\$ 139.816 em 2022);
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil em dezembro de 2018 lavrado contra incorporada Banco Cacique S.A., pela glosa de despesas de amortização de ágio referente aos anos de 2013 a 2017. Em novembro de 2022 foi proferida decisão final favorável, e por conseguinte, cancelando 100% da cobrança (R\$ 32.391 em 2021).
- Auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado contra o Banco em 17 de outubro de 2022, pela glosa de operações de contratos futuros nas bases de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017 – em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 30.325 (R\$ 27.207 em 2022).

Trabalhistas:

A classificação de risco e a mensuração das provisões dos processos trabalhistas do Banco levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que os classificam como remoto, possível ou provável e sua provisão segue as normas do CPC25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, norma essa recebida pelo Banco Central do Brasil. A provisão trabalhista corresponde aos processos, movidos por ex-funcionários que possuem classificação de risco provável. Os pedidos dos processos trabalhistas relacionam-se, entre outros, em horas extras a partir da 8ª hora e reflexos, hora extra face a supressão do intervalo intrajornada, adicional noturno, pagamento de bônus, vínculo empregatício, intervalo intrajornada e descaracterização de cargo de confiança.

Para os processos oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão é constituída com base nas decisões judiciais existentes em terceira, segunda e primeira instâncias e, para aquelas que não houver qualquer decisão, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos cinco anos ou, por exceção considerando condições específicas do processo. Em função da diminuição do número de processos trabalhistas oriundos da incorporação do Banco Cacique, o banco revisou sua política de provisionamento em junho de 2020 e proveu alterações nas estimativas para maior acuracidade nos valores provisionados.

Cíveis:

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. Para as ações cíveis de caráter indenizatório (danos morais), oriundos da incorporação da controlada Banco Cacique S.A., a provisão com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. Os processos administrativos sancionadores referem-se às investigações e/ou procedimentos instaurados pelos Órgãos da Administração Pública, que têm a função de regular e fiscalizar as atividades do mercado financeiro, e que visam a apuração de condutas supostamente irregulares.

14 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	SG Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil	
	2023	2022
Informações das controladas:		
Capital social	84.398	84.398
Ordinárias	1.537.587	1.537.587
Preferenciais	1.537.587	1.537.587
Participações - %	100	100
Patrimônio líquido	93.891	81.973
Lucro/(Prejuízo) do período	12.000	(616)
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do exercício	81.973	82.661
Distribuição de dividendos	(76)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12.000	(616)
Plano de Pagamento Baseado em Ações nas Controladas	(6)	(72)
Saldos no final do período	<u>93.891</u>	<u>81.973</u>

15 DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Sem vencimento	17.408	84.667	-	-	-	-	17.408	84.667
Até 3 meses	-	-	53.526	769	-	-	53.526	769
De 3 meses a 1 ano	-	-	455.125	500.119	10.954	1.477	466.079	501.596
De 1 a 3 anos	-	-	189.091	9.362	40.175	83.911	229.266	93.273
Total	17.408	84.667	697.742	510.250	51.129	85.388	766.279	680.305

16 CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer até 3				
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Carteira de terceiros	80.017	-	-	-	80.017
Carteira de Livre Movimentação	-	3.243	17.063	80.083	100.390
Total	80.017	3.243	17.063	80.083	180.407

Em 31 de dezembro de 2022	A vencer até 3				
	meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Carteira de terceiros	400.203	-	-	-	400.203
Carteira de Livre Movimentação	-	-	6.509	53.098	59.607
Total	400.203	-	6.509	53.098	459.810

17 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2023		2022	
	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
	Patrimonial	Resultado	Resultado	Patrimonial
Empréstimos:				Resultado
Obrigações em moedas estrangeiras - exportação e importação (a)	6.684	(6.469)	(1.786)	132.383
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	2.204.564	(90.355)	139.292	2.717.163
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	15.016	(11.680)	(12.814)	247.354
Subtotal	2.226.264	(108.504)	124.692	3.096.900
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	-	(14)	(45)	-
Total	2.226.264	(108.518)	124.647	3.096.900
Curto prazo	2.221.230			3.080.623
Longo Prazo	5.034			16.277
	2.226.264			3.096.900

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-New York com vencimentos até 2024 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 4,89% ao ano em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, no exterior, vencíveis em 2024, sujeitos à variação cambial e juros de até 5,37% ao ano em 2023 (5,62% ao ano em 2022).

(c) São representados por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, no exterior, com vencimento até 2025, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,18% ao ano em 2023 (6,57% ao ano em 31 de dezembro de 2022).

Para os empréstimos que foram feitos “hedges” de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e.3) com derivativos no mercado futuro de “DDI” e “DI”, houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável em R\$ 299 (favorável de R\$ 1.044 em 2022)

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.956.929, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no exterior, composto da seguinte forma:

	2023	2022
Ações ordinárias	508.474	508.474
Ações preferenciais	508.474	508.474
Total	1.016.948	1.016.948

b) Dividendos

Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. A diretoria, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes.

Conforme previsto no estatuto da sua controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, ao Banco, único acionista é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi provisionado no Banco dividendos a receber no montante de R\$ 76.

c) Reserva de capital

Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26.

d) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% (vinte por cento) do capital social, ou poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme previsto no art. 193 da Lei 6.404/76. Para o exercício de 2023 o Banco não teve constituição de reserva legal devido prejuízo acumulado de anos anteriores.

e) Ativos de avaliação patrimonial – Ativos financeiros disponíveis para a venda

	2023		2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	(6.772)	(20.068)	(45.424)
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	15.363	39.536	46.102
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	(6.914)	(17.791)	(20.746)
Saldo no final do exercício (nota explicativa 7b)	1.677	1.677	(20.068)

f) Ajustes de avaliação patrimonial Hedge de fluxo de caixa

	2023		2022
	Semestre	Exercício	Exercício
Saldo no início do período	399	495	1.028
Ajuste a valor justo (Resultado DRA)	(550)	(725)	(970)
Imposto sobre ajuste a valor justo (45%) (Resultado DRA)	246	326	437
Saldo no final do semestre (nota explicativa 7 e.3)	96	96	495

Esta rubrica compreende a parcela efetiva do ajuste a valor justo dos instrumentos de hedge, conforme descrito na nota explicativa nº 7.b - Instrumentos financeiros derivativos não destinados à negociação - hedge.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	67.179	87.559	67.179	87.559
Alíquota vigente	25%	25%	20%	21% (*)
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(16.795)	(21.890)	(13.436)	(18.387)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	3.000	(154)	2.400	(129)
-Despesas com fraudes				
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(7.668)	(8.097)	(6.134)	(6.802)
-Juros indebitáveis Lei 12.249/10	(1.048)	(1.332)	(838)	(1.119)
-Incentivo fiscal	(50)	(17)	(40)	(14)
-Descontos concedidos				
-Despesas com cessão em operações de crédito				
-Outras despesas não dedutíveis	(16.699)	(2.313)	(13.357)	(1.942)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18.562	(3.604)	14.849	(3.027)
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	31.540	(6.563)	25.232	(5.512)
-(Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	(13)	43	(10)	36
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	1.379	(619)	1.104	(521)
-Provisão para Transfer Price Agreements	1.859	5.302	1.487	4.453
-Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	7.754	7.281	6.203	6.117
-Provisão Impairment de Ativo	-	36.896	-	30.993
-(Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(608)	854	(486)	718
-Honorários advocatícios	(50)	26	(40)	21
-Provisão Garantias	18	100	14	85
-Outras diferenças temporárias	84	66	68	55
prejuízo fiscal e base negativa apurados no período	(21.265)	(5.979)	(17.016)	(4.783)
Efeito majoração de alíquota da CSLL para 21% entre agosto a dezembro 2022	-	-	-	(242)
Despesa de imposto de renda e contribuição social exercício	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(12.158)	(1.070)	(9.728)	(659)
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros exercícios	(939)	-	(633)	-
Total de imposto de renda e contribuição social	(13.097)	(1.070)	(10.361)	(659)

(*) Em agosto de 2022 entrou em vigor dispositivo da lei 14.446, majorando temporariamente a alíquota da CSLL dos bancos de 20% para 21% até 31 de dezembro de 2022.

O Banco apurou prejuízo fiscais e base negativa de CSLL em 31 de dezembro de 2023, no total de R\$ 108.985 (R\$ 23.916 em 2022), possuindo também diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 281.688 (R\$ 339.079 em 2022), sobre as quais, apenas sobre a parcela de R\$ 143.216, contabilizou em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 63.494 em 2022) imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) diferidos no montante de R\$ 64.447 (R\$ 28.572 em 2022) em observação a norma BACEN publicada em 30 de julho de 2020 (Resolução CMN Nº 4.842), especificamente para cumprimento aos arts. 3º e 4º. Para a parcela restante, que monta R\$ 247.457 (R\$ 299.501 em 2022), não reconheceu contabilmente ativo fiscal diferido em R\$ 111.356 (R\$ 134.775 em 2022) por não ter atingido a todos os critérios, em referência à Resolução nº 4.842/2020 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda	2023	2022
Prejuízo fiscal e base negativa	108.985	23.916
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	34.231	39.579
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	-	36.487
Total	143.216	99.982
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Ativo fiscal constituído	35.804	24.996
Ativo - Contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	108.985	23.916
Diferenças temporárias realizadas no curto prazo	34.231	39.579
TVMs Disponíveis para venda (art. 2 Circular BACEN 3068/01)	-	36.487
Total	143.216	99.982
Alíquota de contribuição social	20%	20%
Ativo fiscal constituído	28.643	19.996
Total ativo fiscal constituído (Imposto de renda e contribuição social)	64.447	44.992

- c) Movimentação dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias e ajustes contra o patrimônio líquido:

	2023	2022
Saldo inicial	44.992	66.172
Constituições / (realizações) Dif. Temp.	35.874	(434)
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	(16.419)	(20.746)
Saldo final	64.447	44.992

- d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2023	2022
Saldo inicial	82.026	81.168
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	56.771	(436)
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- disponível para venda	1.046	(11.813)
Receitas com atualização de depósitos judiciais	990	13.107
Saldo final (*)	140.833	82.026

- e) Projeção de realização e valor presente dos ativos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Valor contábil		
Imposto de renda e contribuição social sobre ativos fiscais diferidos		
Ano	2023	2022
2023	-	44.992
2024	32.224	-
2025	32.224	-
Total	64.447	44.992

O valor presente dos ativos fiscais diferidos, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 56.121 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 39.749 em 2022).

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas:

a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas são realizadas em condições de mercado e estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2023	2022	2023	2022
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.466	116.100	7.106	5.347
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	79	75	493	445
Depósitos à vista	(205)	(711)	-	-
Dividendos a pagar/receber	76	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	(51.129)	(85.388)	(4.649)	(5.295)
Société Générale - Nova York:				
Aplicações em moeda estrangeira	19	156.551	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	15.855	44.507	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(6.684)	(355.062)	(2.430)	(2.275)
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	36.316	111.344	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	14.945	35.837	-	-
Devedores diversos no exterior (*)	-	8.977	11.469	55.272
Credores diversos no exterior (**)	(15.846)	(22.962)	-	-
Obrigações em moeda estrangeira	(2.204.564)	(2.717.163)	(118.614)	(34.396)
Obrigações por empréstimos do exterior	(15.265)	(27.431)	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	2	2	6	6
Depósitos à vista	(15)	(8)	-	-
Depósitos a prazo	(3.717)	(3.237)	(220)	(202)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	(16.173)	(58.226)	-	-
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	254.746	223.576	19.973	163.745
Pascal FIM investimento no exterior				
Instrumentos financeiros derivativos	73.019	38.239	73.907	(51.353)
Depósitos a prazo	(9.783)	(15.948)	(1.137)	(859)
Saint Germain fundo de investimento multimercado				
Instrumentos financeiros derivativos	583	(2.540)	(14.344)	(12.260)
Depósitos a prazo	(11.121)	(13.156)	(737)	(1.456)
Resumo por conta:				
Aplicações em moeda estrangeira	36.335	267.895	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	30.800	80.344	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	133.466	116.100	7.106	5.347
Aplicações em moeda estrangeira	36.335	267.895	-	-
Depósitos à vista	(16.393)	(58.945)	-	-
Dividendos a pagar/receber	76	-	-	-
Depósitos a prazo	(24.621)	(32.341)	(2.094)	(2.517)
Depósitos interfinanceiros	(51.129)	(85.388)	(4.649)	(5.295)
Devedores diversos no exterior (*)	-	8.977	11.469	55.272
Valores a receber de sociedades ligadas (*)	81	77	499	451
Obrigações em moeda estrangeira	(2.204.564)	(2.717.163)	(118.614)	(34.396)
Credores diversos no exterior (**)	(15.846)	(22.962)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(21.949)	(382.493)	(2.430)	(2.275)
Operações com swap - diferencial a pagar/receber	254.746	223.576	19.973	163.745
Instrumentos financeiros derivativos	73.602	35.699	59.563	(63.613)
	<u>(1.805.396)</u>	<u>(2.566.624)</u>	<u>(29.177)</u>	<u>116.719</u>

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2023	2022
Proventos	10.515	9.557
Contribuição ao INSS	2.301	2.293
Total	12.816	11.850

Outras informações

I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria Executiva e seus familiares.

II - Participação acionária

A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2023			2022		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Société Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	508.474	508.474	1.016.948

21 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de serviços técnicos especializados	10.110	17.949	17.329
Despesas de processamento de dados	3.020	6.471	8.248
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.940	11.985	9.550
Despesas de aluguéis	1.626	3.498	3.699
Despesas de serviços de terceiros	921	1.827	1.763
Despesas de comunicações	425	888	1.062
Despesas de contribuições filantrópicas	489	972	901
Despesas de depreciação e amortização	974	1.651	1.350
Despesas com auditoria	945	1.187	1.079
Despesas com custas judiciais	1.910	2.518	1.542
Despesas com consultoria jurídica	1.156	2.632	3.759
Outras desp adm	2.288	4.410	3.435
Total	29.804	55.988	53.717

22 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de despesas da matriz	-	-	5.879
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	82.186	82.186	-
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	2.575	5.258	4.927
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	1.822	2.041	12.052
Atualização de outros impostos e contribuições a compensar	7.067	8.757	4.504
Atualização de depósitos judiciais	15.678	33.087	31.391
Variação cambial	7	2.438	-
Outras rec operacionais	691	1.128	5.825
Total	110.026	134.895	64.578

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Provisão de despesas com a matriz	2.689	18.769	16.794
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	-	-	27.705
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	6.369	14.045	12.183
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	12	413	-
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	258	552	695
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	31	230	187
Levantamento de depósitos judiciais	82.186	82.186	-
Variação cambial	-	-	16.236
Outras	165	676	520
Total	<u>91.710</u>	<u>116.871</u>	<u>74.320</u>

24 LIMITES OPERACIONAIS

Acordo da Basileia II

O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar.

Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de outubro de 2013.

Apuração dos limites de Basileia II – Consolidado

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia II)	
		2023	2022
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.655.489	1.626.269
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	302.840	348.554
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	56.264	29.324
Valor da margem		<u>1.296.385</u>	<u>1.248.391</u>

Parcela	2023		2022	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	156.254	9%	193.745	12%
RWACAM	5.721	0%	75.200	5%
RWAJUR1	46.333	3%	16.800	1%
RWAJUR2	19.731	1%	11.670	1%
RWAJUR3	-	0%	1.931	0%
PACS	16	0%	-	0%
RWAOPAD	54.904	3%	49.208	3%
RWACVA	19.881	1%	-	0%

• Extrapolação

	2023	2022
Índice alcançado	43,73%	37,33%

25 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Société Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (Société Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações.

Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale (França).

A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2023	2022
Plano de ações livres	3.559	3.925
Plano de ações diferidas	10	(366)
Total	3.569	3.559
Saldo no início do semestre	3.559	3.925
Reversão	10	(366)
Saldo no fim do semestre	3.569	3.559

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

Plano de pensão

A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$1.246 (R\$ 1.165 em 2022) e pelos funcionários R\$ 1.665 (R\$ 1.356 em 2022).

27 RESULTADO POR AÇÃO

Segue abaixo, demonstrativo de resultado e ações utilizadas para cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido	43.721	77.852
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais para cálculo do lucro básico e diluído por ação:		
Quantidade média de ações		
Ordinárias	508.474	508.474
Preferenciais	508.474	508.474
Lucro por ação em R\$ (reais)		
Ordinárias	42,99	76,55
Preferenciais	42,99	76,55
Lucro atribuído por classe de ação		
Ordinárias	21.861	38.926
Preferenciais	21.861	38.926

RESUMO DO RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA A SER PUBLICADO COM AS DFS 2º SEMESTRE 2023

O Banco Société Générale Brasil S.A., instituição líder responsável pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado, fazendo uso da faculdade do artigo 9º, da Resolução 4.910/21, instituiu Comitê de Auditoria único para o conglomerado prudencial. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário permanente, reporta-se à Diretoria Executiva e é composto por três membros, sendo dois membros independentes, devidamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê assessorar a Diretoria Executiva no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, na indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna e no acompanhamento da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos do Banco.

O Comitê reuniu-se formalmente com a Auditoria Externa para apreciação das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em dezembro/2023, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com a Diretoria Executiva, Auditoria Interna e especialistas das instituições que compõem o Conglomerado.

Dentre as atividades do período destacam-se, entre outras:

- Acompanhamento do plano de auditoria externa e das demonstrações financeiras de junho/2023 e dezembro/23;
- Aprovação do plano de auditoria interna
- Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Res. BCB 130/21;
- Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período;
- Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores e Auditores Independentes e internos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas das administrações das instituições que compõem o Conglomerado, dos auditores externos, da auditoria interna, do Comitês estabelecidos pela governança e nas suas próprias análises.

Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais e do Conglomerado relativas ao segundo semestre de 2023 e ao exercício de 2023.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.

Membros do Comitê
Paulo Fagundes de Lima
Isabel Cristina Badanaís Vieira Leite
Alvaro Taiar Junior